

Enquanto é tempo

Categories : [Reportagens](#)

Em maio deste ano, mais precisamente durante a Semana da Mata Atlântica, [o que não faltava ao governo era entusiasmo na hora de fazer promessas](#). Mas, quatro meses depois, continua sem solução a criação de oito áreas protegidas em Santa Catarina e no Paraná para salvar o que ainda resta de florestas com araucárias.

Apesar de longamente discutido junto à sociedade, o projeto de criação das unidades de conservação esbarra no lobby de madeireiros e empresários que justificam sua ação anti-arauária com um discurso em prol de famílias da região. Supostamente, elas seriam economicamente prejudicadas com a proteção das árvores, quando, na verdade, grande parte das florestas está na mão dos próprios madeireiros.

Para lutar pelos ínfimos 3% de florestas com araucárias que ainda restam nesses dois estados, a [Rede de Ongs da Mata Atlântica \(RMA\)](#) retomou a campanha pela criação das unidades. Desde o dia 7 de setembro a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, o secretário de Biodiversidade e Florestas, João Paulo Capobianco, e o diretor de Áreas Protegidas, Maurício Mercadante, recebem e-mails de manifestantes apoiando a imediata criação das unidades de conservação.

O [conteúdo da carta foi elaborado pela RMA](#), que desde 2003 organiza campanhas pró-arauárias. O texto expressa “preocupação com a demora na decretação dessas unidades, depois de todo o processo de consulta pública já ter sido concluído”, e lembra que a maioria da população quer preservar o ecossistema. Miriam Prochnow, coordenadora-geral da Rede, acredita que agora a criação das unidades está a um passo de acontecer: “Esperamos que, com a retomada da campanha, até o final de setembro ou começo de outubro elas sejam criadas. O momento é agora, ou podemos dizer adeus às florestas com araucárias”.

Enquanto isso, o adeus acontece lentamente. [Madeireiros e proprietários de áreas com floresta vêm desmatando incessantemente nos últimos seis meses](#), transformando as áreas em lavoura ou plantação de pinus. Ainda assim, o desenho das oito unidades desconsidera qualquer propriedade produtiva, incluindo apenas as florestas onde ainda restam araucárias.

João Paulo Capobianco acredita que a mobilização social é importante e garante que, apesar de o processo no Ministério estar mais lento do que se imaginava, a criação das unidades está caminhando. “Já recebi quase mil cartas. Hoje estamos aguardando uma decisão sobre liminares abertas contra a criação de algumas unidades, mas pretendemos finalizar o projeto o quanto antes”, afirma o secretário.